

E HISTÓRIA

José Carlos Teixeira Giorgis

*Discurso de posse como Membro Efetivo
do Instituto Histórico e Geográfico do Rio
Grande do Sul, no dia 7 de junho de 2013.*

Senhoras. Senhores.

1. EVOCAÇÃO.

Há perto de quarenta anos vinha de Bagé acompanhando Tarcísio Antonio Costa Taborda para sua posse neste sodalício, que já tivera em Delfino Riet, estancieiro conterrâneo, como um de seus fundadores; logo depois deste vieram os compatriotas Fernando Luis Osório e Alcides Lima; depois Félix Contreiras Rodrigues e Paulo Brossard de Souza Pinto mereceram a honraria; lembro ainda que o militar João da Silva Tavares, Barão de Cerro Alegre, pai de Joca Tavares, fora correspondente e comissário do embrião deste Instituto em maio de 1860.

Não é menor o alumbramento quando recorro àquela data, em que os olhos do jovem faiscavam na presença de profetas e evangelizadores de outrora, o convívio respeitoso com quem revelava os fastos rio-grandenses e nacionais, pesquisadores que mergulharam instantes na descoberta dos episódios ocultos em pergaminhos tímidos e que extraíam pérolas das conchas que seesteavam no desvão do olvido.

Essa mesma fascinação se encarna quando mãos ainda vazias aconselham os passos errantes a pisar neste solo umedecido com a água lustral dos sábios e a borrifar a testa com o mel que benze os aprendizes da narrativa desapaixonada.

A trajetória que antecede esse ingresso não se ombreia ao currículo que enfeita a tábua dos valores exponenciais que compõem esse venerando Instituto, mas se compromete a proceder como os artesãos dos ofícios medievos que conseguiam, com esforço e denodo, tirar formas encantadas das pedras bárbaras.

Permitam que conte brevemente o itinerário de uma existência sem fulgurações, aqui exageradamente tingida por cores que só a generosidade do orador consegue reverberar, mas vida sublinhada por circunstâncias fortuitas que sempre desembocam em evento feliz.

As primeiras inquietações históricas surgiram dos livros da biblioteca de meu pai, a que o ginasiano se abeberava na ânsia de solver questiona-

mentos que atiçavam a juvenil curiosidade, obras solenes, as encadernações e suas lombadas em letras de ouro, a linguagem sisuda.

Todavia, nada disso soaria não fosse a influência de Tarcísio, a quem Bagé deve não só o batismo e reabilitação de sua história como a formação de gerações dedicadas à investigação e à escrita, isso sem aludir ao labor pioneiro e desbravador, junto com seu pai Átila Taborda, na solidificação do ensino superior, de que foram bandeirantes e se creditaram, para sempre, como fautores de uma obra transcendente e honorável.

Certa ocasião, quando a comunidade lhe tributava homenagens pela conduta judicial irrepreensível, em nome de todos disse-lhe que se parecia “ao sementeiro que espetara na terra não remexida, as raízes de pesquisa e ciência, aprofundando coifas e extraindo do solo inculto belezas, mistérios e segredos, dando ao passado bajeense a grandeza e dimensão que ainda hoje nobilita; e tudo virava épico em suas mãos, os heróis projetavam-se em sagas e odisséias, os tentos viravam velames, as selas bússolas, o pampa ondas; e que mágico, tirava do solo silente um arco-íris de refregas, pessoas, embates, como se despertassem valquírias, disparando seus crioulos pelas coxilhas, aventando chiripas e lenços, em cavalgadas desafiadoras pelas torturas do Hades nativo; que navegador, descobrira os azimutes, embicando a proa, pescando de flácidas águas heróis, figurantes, batalhas, chamadas ao palco da história como hierofantes do vivido, homeros de poncho e pala; e como juiz, parodiando Maiacovski, Tarcísio enlouquecera o calendário e a ampulheta”.

No foro, suas curtas manhãs eram longas jornadas; despachava com hieroglífico punho, entre conversas, apartes, consultas, entradas e saídas, um gabinete apinhado de advogados e serventuários, porta aberta ao sorriso incentivador, patamar de pedidos e reclamações, nunca alguém o viu com rispidez da autoridade, mas com a conciliação em atitude bíblica.

Suas tardes eram produtivas, onde o silêncio se enchia de vozes e decisões, um monte de autos que se esvaneciam no pipilar da areia fina do tempo; sem perder-se em citações, que conhecia a sobejo, demonstrava com assiduidade um invejável saber jurídico; limitado e contingente como qualquer mortal, era sóbrio e objetivo em decidir, pois no drama humano e deslinde das angústias que sufragam o magistrado, mais que os códigos ou os intérpretes, avulta a sabedoria, cujas raízes se aprofundam na vida e na razão. Como magistrado, Tarcísio cumpriu Cervantes: “achem em ti mais compaixão as lágrimas dos pobres, não mais justiça, porém, que as informações do rico”.

Esses predicados de Tarcísio, que relembro ainda com os sentimentos

do advogado inexperiente que o saudava se fortalecem quando se encarnam no historiador que essa entidade abrigou ao reconhecer sua obra singular e maiúscula voltada para sua terra natal, alvo que miram seus discípulos, como os historiadores Cláudio Leão Lemieszek, Elizabeth Macedo Fagundes e Cláudio Boucinhas, entre outros, na ânsia de louvar seu magistério invulgar e perpetuar sua lembrança, depois de sua trágica morte.

Ainda lembro que certa vez passou as anotações para uma história da comarca de Bagé que logo inicio num afago especial, projeto que se quedou incompleto, mas aberto, pelas surpresas do futuro.

Depois, entusiasmado, segue uma série de textos históricos, como a imaginária hipótese de uma possível relação do Forte de Santa Tecla com o controle do contrabando, que enviada ao professor Guilhermino César dele recolhe a polidez do incentivo.

Seguem-se as preocupações com o positivismo em minha terra, a presença da maçonaria ali e sua interlocução com a revolução farroupilha, em muito fundada nas lições do professor Moacyr Flores, o que me leva à Academia Maçônica de História.

Já em Porto Alegre, desperto para a originalidade da imprensa anarquista em Bagé, torno-me sacristão nas homilias libertárias de João Batista Marçal, forjando-se disso sólida estima, por meio de quem obtenho a senha de acesso a Miguel Frederico do Espírito Santo, Fausto José Leitão Domingues e Cesar Pires Machado, todos a quem dedicava especial admiração, assim organizando um quarteto de pacientes preceptores que não se cansaram em aclarar as impertinências e dúvidas do abusado noviço; e tudo depois se completa com os agradáveis encontros mensais da Confraria do Livro e as tertúlias no escritório de Eduardo da Cunha Müller, onde escutava os ensinamentos de Corálio Bragança Cabeda, de Luiz Ernani, Ênio, Carmen e Edu, e cujas paredes ainda soam as lembranças de saudoso Lauro Pereira Guimarães que, como no título de seu livro continua “a viver em voz alta”.

Esse buquê se sazona quando a patena surpreende convite para a Coordenação do Memorial do Judiciário do Estado, fato definitivo como amálgama que estabiliza as circunstâncias ocasionais que ora desaguam neste ato festivo.

Ali, a visão concreta do fazer histórico, o trato documental, a vizinhança dos acervos; a muda linguagem dos objetos; a solidão dos pesquisadores e a presença inconsútil da memória acabam extenuar os derradeiros indícios de uma predileção que bradava por liberdade.

Consigno meu débito com os companheiros do Memorial, que simbo-

lizo em Mary Biancamano como certificado de aprendizagem, professores cotidianos de um discípulo agradecido.

O diálogo com outros memoriais e instituições, o relacionamento com entes aparentados e associações longínquas, as companhias que despertam iniciativas, mais que tudo: a oportunidade de confiscar orientações de Loiva Otero Félix, Gunter Axt, Sérgio da Costa Franco e de parceiros como Hilda Agnes Flores e Sérgio Borja; de juízes como Nelson Oscar de Souza, Sérgio Gischow Pereira e João Donato Sehnen, em quem corporifico o constante auxílio da magistratura; das administrações de Léo Lima e Marcelo Bandeira Pereira, em nome de quem aplaudo as gestões que valorizaram o Memorial desde sempre, tudo acolitando o principiante para receber aqui o timbre do compromisso e o selo da confiança.

2. AUTO DE FÉ.

Lembro como Eric Hobsbawn que a **destruição do passado** e dos mecanismos que vinculam a experiência pessoal à das gerações pretéritas, é um dos fenômenos mais lúgubres do final do século passado e de nossos dias, pois quase todos os jovens de hoje crescem num presente contínuo, sem relação orgânica com o outrora.

E assim, os historiadores, cujo ofício é lembrar o que os outros esquecem, tornam-se mais importantes que nunca, devendo ser mais que simples cronistas, memorialistas ou compiladores; e nem apenas julgar, mas **compreender**, embora as convicções e a experiência, o que não significa transigir com o que deve ser criticado.

A análise histórica tem conduta oscilatória que intervém na literatura e na investigação, lembrando **Marc Ferro** que os conteúdos ideológicos sucumbiram com a falência de alguns movimentos, como o marxismo, levando ao exame de uma ótica plana da história, como ainda a eclosão de nações emergentes alterou a centralidade do discurso meramente europeu, abrindo oportunidade à crítica e leitura segundo os novos tempos.

Como sublinha o erudito, a história é uma disputa em que o controle do passado ajuda a dominar o presente, de que redundava aquilo que o autor cunha como **história vigiada**, pois quando mais se divulga algum conhecimento, mais rigorosa se torna a fiscalização.

É de **Ferro** a catalogação da história em fatural e não fatural, história-narrativa e história-problema, a história segundo as elites ou história **vista de cima** e a história segundo os proletários ou história **vista de baixo**, classificações que apenas consideram as variáveis da obra, o modo de exposição e a natureza dos assuntos abordados, os procedimentos de análise, os

vínculos entre os objetos de estudo, enfim, as metodologias e as práticas do ofício.

Ainda **Veyne** alude que a história é análise mais que narração, o que a distingue do romance, pois se ela fosse simples ressurreição e não exame bastava a leitura da produção novelística, não seria necessário escrevê-la: o romancista cria e recria, mas o historiador fornece-lhe sentido e conceito.

Arremata afirmando que, enquanto a história de outrora ou **história de tratados e batalhas** é mera narrativa e arrolamento de fontes, a vigente **história não fatural** vai além, juntando pesquisas e análises que desembarcam em conceitos que dão finalidade aos acontecimentos.

É natural que não se descarte em algumas obras, o uso de composições ficcionais, sem que se abandone a ambição do conhecimento científico, diz **Márcia Spig**, rompendo-se a divisão rígida estabelecida no século passado, acreditando o historiador em sua capacidade de contar uma história de maneira agradável, mas fidedigna.

Repete-se ali a lição de **Chartier** para quem a história é discurso que aciona construções, composições e figuras que são as mesmas da escrita narrativa, portanto da ficção, mas é um discurso que, ao mesmo tempo, produz corpo de enunciados **científicos**, com possibilidade de estabelecer um conjunto de regras que permitam controlar operações proporcionais à produção de objetos determinados.

Lembro neste instante uma das conversas entre os atores de uma representação que se faz habitualmente no Memorial aos estudantes, onde o prisioneiro tenta seduzir o carcereiro:

– Pense amigo, o que será da História se a Memória não estiver livre?

A que o outro responde:

– Só que esqueces um detalhe: você está preso, e sem Memória ninguém reabilita o passado.

Sábias palavras que funcionam como verbete de enciclopédia.

A Memória, diz alguém, é o elemento que constitui o sentimento de identidade coletiva ou individual, e que se compõe de personagens, lugares e fatos, enquadrando-se como investimento ou esforço guiado pela preocupação de manter as fronteiras sociais, mas também pretendendo modificá-las, interpretando o passado em função dos embates do presente e do futuro; e isso exige a impossibilidade de se falsificar o antanho, fortalecendo a credibilidade do discurso.

Já a História, segundo suas raízes etimológicas, consiste em devolver à sociedade uma explicação sobre suas origens, como narração de um grupo

de acontecimentos.

A relação entre as duas disciplinas não era estranha à civilização helênica que as vinculava ao panteão dos deuses: Mnemosine, deusa da memória, foi a quarta esposa de Zeus que a fecundou com nove musas, entre as quais Clio, a História: então, disso se conclui que para haver e produzir História impõe-se o recurso à Memória.

Com admirável pedagogia, **Jacques Le Goff**, embora censure o abandono da memória individual em favor da coletiva, ensina que ela, como depositária de certas informações, remete-nos a um conjunto de funções psíquicas, graças a que o homem pode atualizar os dados e as impressões passadas; e deste ponto de vista, o estudo da memória abrange a psicologia, a psicofisiologia, a neurofisiologia, a biologia; e no interior destas ciências se podem evocar, de maneira metafórica ou concreta, os traços e os problemas da memória histórica e social.

Afirma, ainda, que embora predomine a idéia de uma atualização dos **vestígios mnemônicos** relatados por tais teorias e ante as concepções complexas da atividade cerebral, o processo de memória humana faz intervir, não só na ordenação dos vestígios, mas principalmente na **releitura** destes rastros.

Não pretendo recordar Mnemosine quando revelou ao poeta os segredos do passado, nem considerar a memória um dom para os iniciados; ou como diz **Goff**, ter a reminiscência ou anamnesis como técnica ascética ou mística, comportando-me como o habitante do inferno órfico que para evitar o esquecimento devia beber apenas da fonte da imortalidade ou da memória.

Mas acentuar-se a importância que a memória tem na evolução das sociedades modernas, onde desvela a **identidade** das pessoas ou dos grupos, bem sabendo que ela pode ser instrumento e até objeto de poder através da dominação da lembrança e da tradição, o que deve ser afastado para que ela constitua libertação e não servidão para a humanidade.

Esse aspecto de uso pelo poder já preocupava os historiadores com a possível transformação dos **documentos** em **monumentos** frente ao fato que não exista peça inócua ou primária, embora nem todas sejam provas de boa-fé quando autêntica; contudo, cada documento não é somente algo que restou do passado, mas nele se vislumbra a sociedade que o fabricou e as relações de força existentes em seu tempo, daí **Foucault** afirmar que os problemas da história se resumem no **questionar do documento**, que segundo o pensador francês, não é apenas **memória**, mas verdadeiro **monumento** onde se decifram os traços deixados pelo homem, uma arqueologia ou in-

consciente cultural que deriva de seus elementos intrínsecos, um valor de testemunho, algo que determinada geração legou como sua imagem para servir ao futuro.

O enfoque de um dos processos que a afirmação desperta impõe escolha de método de trabalho, quando o obreiro ingressa nesta forja de saberes.

No caso a eleição é fácil, pois a minudência de uma produção histórica franciscana sugere habitar por um tempo o vestibulo da Micro-História, e isso até por razões pragmáticas, embora admita a polêmica que cerca essa disciplina debutante.

Não sei se por influência da biologia de que fui servo no magistério, penso olhar a história sob as lentes do microscópio ao invés dos potentes óculos do telescópio, na feliz imagem de **Giovanni Levi**.

Atrai-me a delimitação temática embora com exploração suada das fontes, ou como lembra **Sandra Pessavento**, um recorte de escala pelo historiador que, a partir de uma simples pergunta, amplia as possibilidades da interpretação com uso de cruzamentos intertextuais no foco erigido.

Esse método de restringir tempo e espaço em metas especiais como comunidades regionais, biografias de desconhecidos e fatos singulares, consiste na aproximação do objeto de estudo com medidas reduzidas, assim como a fotografia do primeiro plano não esconde a paisagem que contorna o flagrante.

Carlo Ginzburg, que com **Grendi**, reagiu ao influxo das escolas estruturalista, socialista e econômica nos textos históricos ao adotar esse microsistema, aconselha a **valorização do indício** e a supremacia da **conjuntura** ou da **pessoa** para decifrar a realidade, enfim, a predominância do **episódio** ou do **detalhe significativo**.

Acredito que essa estratégia possa tranquilizar as primeiras etapas e avançar nos projetos sonhados, como desembaiar um **Borges de Medeiros** magistrado, um **Nabuco de Gouveia** controverso ou chegar-se a um **Silveira Martins** múltiplo, além de assuntos seminais de minha cidade natal.

Caso o consiga terei feito justiça, ao menos, a quem depositou fé em minhas expectativas.

3. CONCLUSÃO.

Senhoras. Senhores.

Sempre é difícil apontar entre os episódios da existência qual o ensejo mais apoteótico ou emotivo, todavia não necessito qualquer reflexão para incluir esta solenidade entre as mais cativantes e honrosas que vivi.

Seja pela escolha de um curioso bissexto para integrar associação no-nagenária que deu e dá ao país e ao estado sedimento e alicerce para a formação de suas identidades, e cujos membros atuais e passados escreveram produções insuperáveis no registro dos instantes de coragem e abnegação vividos por pessoas e fatos, deixando ao futuro a herança de cultura e de-nodo.

Então é com entusiasmo que dou os primeiros passos no átrio desta iniciação, oportunizando um caminho anelado, desejo percorrer com empenho e compromisso.

Seja, ainda, pela saudação do bondoso amigo Eduardo Souza Soares, que com a cordialidade jaguarense retocou de cores superlativas um retrato de esvaída sépia, tonalidades que revivem a vaidade oculta, mas também recordar que a biografia que se enfeitava de sinais modestos ornou-se de troféu por muitos almejado, e que longe de representar uma conquista é insígnia que cobra dignidade, promessa, cautela e diligência.

Finalmente, o ato enseja renovar o respeito e afeição aos presentes, autoridades, familiares, confrades, amigos, parentes, colegas e funcionários, que acorreram a esse momento de enlevo, apadrinhando os sentimentos de honor e satisfação que me invade de maneira oceânica.

Concluo seguindo **Paul Ricoeur** quando investiga relacionamento entre a **recordação** e o **esquecimento**, adotando **Santo Agostinho** sobre o que chama de **memória do esquecimento**.

A busca lembrança comprova uma das finalidades principais do ato de memória, ou seja, lutar contra o esquecimento, arrancar alguns fragmentos de lembrança à rapacidade do tempo, ao sepultamento no olvido.

Não é somente o esforço penoso de memória, diz ele, que dá à relação sua coloração inquieta, mas o temor de ter esquecido, de esquecer de novo, de esquecer amanhã de cumprir uma tarefa, por que amanhã será preciso não se esquecer de lembrar, já que o **dever de memória consiste essencialmente no dever de não esquecer**, assim boa parte da procura do antanho se encaixa em não esquecer, eis que a obsessão do esquecimento passado, presente ou vindouro acrescenta à **memória feliz a sombra de uma memória infeliz**.

Devo de agora em diante cumprir a trilogia de Kant: **percorrer, ligar** e finalmente **reconhecer**.

Assim prometo.

Obrigado.

Porto Alegre, sete de junho de 2013